



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista



Editor: Carlos Alexandre de Souza  
carlosalexandre.df@dabr.com.br  
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



### Cumpriu seus objetivos na presidência da Corte?

Consegui realizar quase tudo o que eu pretendia. Julgamos casos importantes: responsabilização das plataformas digitais, em decisão que considero a mais moderada e equilibrada do mundo; descriminalização parcial do porte de drogas, para enfrentar o hiperencarceramento de jovens primários e de bons antecedentes; segurança pública no Rio de Janeiro e a letalidade policial, com a definição do dever do Estado de retomar territórios dominados pelo crime; temas ambientais, julgados com unanimidade ou quase unanimidade; execução imediata das decisões do júri, para evitar a cena dolorosa de condenados saindo livres diante das famílias das vítimas; plano de dignidade mínima para o sistema prisional; e limites ao assédio judicial contra jornalistas. Realizamos ainda a desinstituição de 10 terras indígenas, com apoio do tribunal, das Forças Armadas e da Polícia Federal. Enfrentamos parte da litigiosidade na área da saúde, relativa ao fornecimento de medicamentos e tratamentos, tanto no setor público quanto no privado. Portanto, foi um período de muita produtividade em temas relevantes para o país.

### E na presidência do CNJ?

No CNJ, que é onde se faz política pública, eu acho que conseguimos mudar o Judiciário. O sistema brasileiro vai ser outro, por medidas que implementamos. Criei o Exame Nacional da Magistratura, que é pré-requisito para inscrição em qualquer concurso da magistratura. Cada tribunal continuará a fazer seu concurso, mas só pode ser juiz quem tiver passado nesse exame, que estabelece um padrão nacional mínimo de suficiência. Isso também combate rumores de favorecimentos que cercavam alguns concursos. Agora, se o parente de alguém passar, ótimo, mas terá que ter passado pelo exame nacional.

### E quanto à disparidade de gênero nos tribunais?

Outra medida importante foi a implementação da paridade de gênero nas promoções por merecimento para os tribunais de segundo grau, a partir de resolução já aprovada na gestão da ministra Rosa Weber, mas que não estava sendo cumprida. Houve resistências, sobretudo em São Paulo, mas conseguimos implementá-la com apoio do presidente do TJ-SP. A regra é simples: se um homem for promovido por merecimento, a vaga seguinte deve ser de uma mulher; se uma mulher ocupar a vaga anterior, pode haver outra mulher, até se atingir 40% de participação feminina, que corresponde ao percentual de juízas no primeiro grau. Hoje, elas são apenas 21% no segundo grau, em parte porque enfrentam barreiras estruturais e sociais.

### E sobre cotas raciais?

Instituímos uma ação afirmativa para candidatos negros. Antes, a nota mínima para aprovação nos concursos era 5. No exame nacional, elevamos a nota para 7 na ampla concorrência, mas mantivemos 5 para os candidatos autodeclarados negros. Assim, não diminuímos a exigência, mas aumentamos o rigor geral, ao mesmo tempo em que possibilitamos inclusão. Já aprovamos 15 mil candidatos, sendo 4.500 negros, dos quais 750 receberam bolsas em cursos preparatórios gratuitos e 124 receberam bolsas de R\$ 3 mil, custeadas pela iniciativa privada. Em pouco tempo, cinco desses bolsistas já passaram em concursos. Portanto, considero que as medidas mais importantes foram: elevar a qualidade do Judiciário, ampliar a equidade de gênero e aumentar a diversidade racial. Esses avanços terão efeitos de médio e longo prazo e, para mim, foram a parte mais relevante da minha gestão.

### O senhor disse que conseguiu fazer quase tudo. O que faltou??

Eu gostaria de ter contribuído mais para pacificar o país. Acredito em uma sociedade em que pessoas que pensam diferente possam sentar à mesma mesa, conversar e expor argumentos de forma civilizada. Para mim, o Judiciário e a Constituição devem integrar todos, porque o país tem espaço para todos. As divergências devem ser debatidas civilizadamente, e a cada tempo deve prevalecer a vontade da maioria. Esse ambiente de raiva e ódio que ainda existe faz muito mal ao

país, às pessoas e a mim também. Eu queria ter avançado mais nessa agenda de resgate da civilidade.

### Como fazer isso na prática?

Dou um exemplo: convivo aqui no Supremo com o ministro André Mendonça. Temos visões muito diferentes em várias matérias, mas eu gosto dele, o admiro e somos amigos. Portanto, a divergência não impede a convivência respeitosa. Minha ideia era que esse modelo se replicasse para o Brasil. Nas eleições, por exemplo, o presidente Lula e o governador Tarcísio poderão disputar, cada um com suas propostas. Mas o debate deve ser civilizado, qualificado e sem ódio. Acho que até melhoramos nesse aspecto, mas ainda resta um resíduo de raiva e ressentimento, inevitável diante dos julgamentos do 8 de Janeiro e do golpe. Esses processos eram fundamentais e não poderiam deixar de ocorrer.

### Bolsonaristas dizem que a pacificação passa pela anistia ou por uma mudança na dosimetria. O senhor acredita nisso?

Aconteceu uma coisa no mundo que foi uma certa captura do pensamento conservador pelo extremismo. Não foi só no Brasil, aconteceu em muitas partes do mundo. O pensamento conservador, que é uma das opções legítimas da democracia — porque a democracia comporta correntes conservadoras, progressistas, liberais — significa basicamente a defesa do status quo, ou seja, preservar a ordem existente, ou admitir que, se a mudança for inevitável, ela deve ser incremental, lenta e progressiva. Isso é o conservadorismo. Os extremistas, ao contrário, são disruptivos. Eles não são conservadores, são contra as instituições. Querem destruí-las e não são claros no que desejam colocar no lugar. Portanto, no Brasil, também aconteceu essa confusão. Eu distingo muito o pensamento conservador do extremismo, e acredito que o pensamento conservador no Brasil, aos poucos, vai se distanciando desse radicalismo. Uma anistia imediata aos julgamentos faria com que tudo o que passamos não tivesse valido a pena.

### Seria um retrocesso?

O direito penal tem muitas funções, mas uma delas é central: a prevenção geral. Isso significa que as pessoas deixam de cometer delitos pelo temor fundado de que, se o fizerem, serão punidas. Quando você pune alguém por um golpe de Estado, você está avisando que, de agora em diante, qualquer pessoa que tente um golpe será criminalmente responsabilizada. A história do Brasil sempre foi marcada por golpes, contragolpes, perdões e anistias. E isso nunca encerrou os ciclos do atraso.

### O julgamento da trama golpista quebrou esse paradigma?

Este julgamento tem o papel exemplar para a História: mostrar que os ciclos do atraso ficaram para trás. Se você concede anistia, repete a história — e repete como faria. E aí o Brasil continua preso ao ciclo de golpes.

### E como o senhor avalia esse movimento no Congresso em relação à dosimetria ou à anistia?

Eu não participei desse debate quando ele voltou à pauta recentemente. Vou dizer com franqueza: eu já tratei desse tema em outra ocasião. Eu fui ao funeral do papa Francisco — o presidente Lula me chamou, assim como os chefes dos outros Poderes. O papa era uma figura que tinha um peso imenso no mundo. Nesse funeral, eu fiquei bastante tempo no transporte, engarrafado, inclusive, junto com

## Hoje em dia, eu só saio na rua com pelo menos três seguranças. Essa foi a transformação que ocorreu no Brasil. Esse é o custo pessoal que se manifesta nos momentos de ameaças que a gente recebe, em algum tipo de agressão



## A questão do voto impresso nos uniu porque — eu estou absolutamente convencido disso, e por isso me empenhei tanto para impedir — era um dos pilares do golpe. Tratava-se de preparar o ambiente para contestar o resultado eleitoral em caso de derrota

o presidente Davi Alcolumbre e com o presidente Hugo Motta. Fomos os três na van e conversamos. Naquele momento — em abril — eu já havia votado, nos casos do 8 de Janeiro, por uma pena menor. Estava em debate a questão de que algumas penas estavam excessivas.

### E como foi essa conversa?

Conversamos sobre a possibilidade de, por lei, prevalecer a minha posição, que não era de negar o Estado de Direito democrático, mas de ajustar a dosimetria. Eu até conversei internamente e era algo aceitável dentro do tribunal. Na ocasião, eu disse a eles que estávamos falando especificamente dos casos do 8 de Janeiro, em que algumas penas tinham ficado mais altas pela forma como a maioria aplicou a lei. Se prevalecesse a minha visão de não acumular penas, haveria uma redução de alguns anos, permitindo antecipar a saída de condenados após o cumprimento de parte da pena. Isso me parecia uma boa ideia, e foi a única vez que tratei do assunto.

### Continua pensando da mesma forma?

Continuo achando essa solução palatável. O que eu considero problemático é uma redução casuística de penas, de simplesmente cortar pela metade, porque isso seria artificial. Além disso, acho que precipitaram o debate. Esse tema deveria ser discutido mais adiante. Qualquer medida que se pareça com um perdão imediato ou uma afronta às decisões do Supremo não é positiva institucionalmente.

### E quais são os seus planos? O que o senhor pretende fazer ou deixar a presidência? Vai continuar no Supremo?

Eu ainda tenho alguns compromissos no tribunal e também compromissos acadêmicos. No fim de outubro, vou fazer um retiro espiritual. De vez em quando, faço isso em uma instituição ligada à Brahma Kumaris. É uma filosofia espiritual, não é uma religião. Já fiz retiro de silêncio, retiro de meditação, e agora vou fazer novamente um de silêncio, para pensar na vida de forma mais ampla. Não tenho uma razão específica para deixar o Supremo, mas já estou aqui há 12 anos e sinto que cumpri o papel que gostaria de ter cumprido. Tenho, portanto, as duas possibilidades na mesa: ficar, num lugar onde sou feliz e não tenho problemas, ou seguir outros caminhos. Eu tinha um professor que dizia que todo docente, depois de 10 anos de aulas, deveria jogar fora todas

casos, eu estudo, converso com a minha assessoria mais próxima, formo uma convicção sobre o que considero correto e decido. Não tenho medo de nada. E digo isso não por arrogância ou pretensão, mas porque tenho uma convicção muito profunda de que o universo protege as pessoas que se movem por bons propósitos. Portanto, mesmo diante de dificuldades ou de críticas, nunca me pergunto se deveria ter feito algo diferente. Estou convencido de que fiz o que devia fazer. Se algo ocorre, é porque precisava ocorrer por alguma razão que eu não conheço.

### Assim na vida como no tribunal?

Penso a vida assim. Todas as manhãs, eu medito um pouco — uma meditação sobre valores e objetivos — para confirmar se estou vivendo de acordo com eles. Se constato que sim, sigo pela vida em paz. Se percebo que errei — e todos estão sujeitos a errar —, procuro corrigir imediatamente. Foi o que aconteceu no episódio da frase “Nós derrotamos o bolsonarismo”. Eu me expressei mal, reconheci no dia seguinte, pedi desculpas em nota oficial e esclareci que não me referia ao Supremo, mas à sociedade brasileira, e que o termo correto não era bolsonarismo, mas extremismo e intolerância. Foi um momento de vaidade, de ego. Mas eu procuro viver com paz interior.

### Na festa de despedida, o senhor cantou uma música do Jorge Aragão. Eu estava tentando entender os sinais disso depois da sua fala... (risos)?

Eu gosto dele pessoalmente, foi mais por ele do que pela música, embora eu também goste da música. Sou fã incondicional de Chico Buarque, de Maria Bethânia e de Caetano Veloso. Essa é a trilha sonora da minha vida. O Diogo Nogueira, por exemplo, canta muito bem. Gosto bastante dele também, assim como de Jorge Aragão e de Alcione. Sou um carioca antigo, gosto dessa geração.

### Essa mesma geração deu uma resposta importante para o país em relação à chamada PEC da Impunidade...

Certamente. Primeiro, gosto deles como artistas, mas também como cidadãos que têm coragem de se expor e defender o que acham certo. Eu sou uma pessoa que divide o mundo mais pelo caráter do que pela ideologia. Vivi nos Estados Unidos, em Michigan, com uma família conservadora, que era maravilhosa. Não tenho problema com conservadores; tenho problema com extremistas e intolerantes. Acho que Chico Buarque é o maior poeta brasileiro, ainda que musicado. Se o português fosse mais difundido no mundo, ele já teria recebido o Nobel de Literatura, pois sua obra é mais significativa do que a de Bob Dylan, por exemplo, que recebeu o prêmio. O Caetano, por outro lado, é um criador original, impossível de comparar com Chico, porque são universos distintos e igualmente extraordinários.

### O senhor sempre recomendava um livro e uma música semanalmente, mas parou um pouco.

Um pensamento eu citei na sessão de quinta-feira e repito, do autor italiano Calamandrei. Ele diz que, para encontrar a justiça, é preciso ser fiel a ela, porque, como todas as realidades, ela só se revela a quem acredita nela. É um pensamento importante para quem escolhe viver o direito com seriedade e comprometimento. Outra frase que gosto: “Ninguém nessa vida é bom demais, ninguém é bom em tudo e, principalmente, ninguém é bom sozinho”. Usei uma

### E o que aprendemos na chuva?

Acredito que daqui a uns dois anos, talvez após as próximas eleições, vamos olhar para trás e reconhecer que fizemos coisas muito importantes para tornar o país melhor e maior. Somos um dos poucos países que resistiram ao avanço do populismo autoritário sem quebra da institucionalidade. Fizemos julgamentos difíceis, e poucos países enfrentaram, e saímos preservando a democracia.

### E o futuro?

O Brasil do pós-eleição deve ser pacífico, ainda que não unificado. Divergências sempre existirão — conservadores, liberais e progressistas continuarão a debater, e isso é saudável. O que vamos recuperar é a civilidade e uma política de mais qualidade. Para isso, precisamos de reforma política. Defendo o voto distrital misto. É preciso que o eleitor saiba quem é o seu representante, para poder cobrar e decidir se o reconduz ou não. Hoje, muitas vezes, não importa a atuação parlamentar: se o político tem acesso a emendas, é reeleito. Isso enfraquece a representatividade e favorece aberrações como a chamada PEC da Blindagem, que só passa porque ninguém sabe exatamente quem votou a favor.

### O que deve mudar, na sua visão, com a reforma política?

Precisamos de um sistema eleitoral que fortaleça o vínculo entre eleitor e representante, que melhore a política e devolva protagonismo ao Parlamento, retirando o excesso de centralidade do Supremo.

### Retirar esse protagonismo do Supremo seria, então, também concordar um pouco com as críticas de que o Supremo às vezes exagera?

Não. O arranjo institucional brasileiro dá esse protagonismo ao Supremo. Porque a Constituição é muito abrangente, que trata de muitos temas que, em outros países, são deixados para a política e, no Brasil, foram trazidos para o direito, por estarem na Constituição. Além disso, é muito fácil chegar ao Supremo por meio de ações diretas, que podem ser propostas por muitos atores — inclusive, partidos políticos, que recorrem com frequência. Assim, parte do protagonismo do Supremo se deve à própria política: ou porque os partidos provocam o Tribunal, ou porque o Congresso não consegue legislar sobre algumas questões. Mas os casos chegam até aqui, e nós temos que resolver. Foi o que aconteceu com as uniões homoafetivas, foi o que aconteceu com as plataformas digitais. Portanto, um Congresso mais forte tende a diminuir o protagonismo do Supremo.

### O Parlamento precisa atuar mais, então?

O Supremo é diferente do Congresso. Só desfazemos o que ele fez em casos de inconstitucionalidade flagrante. Mas a verdade é que muitos temas estão na Constituição e não foram regulamentados pelo Congresso, e aí acabam sendo tratados aqui. Vou dar um exemplo: a Constituição prevê o direito à saúde. Esse é um dos grandes problemas que tentei enfrentar na minha gestão, porque a judicialização da saúde desarruma o orçamento da União e dos estados. Nós estabelecemos alguns critérios que não estavam previstos em lei, como parâmetros para o fornecimento de medicamentos que não estão na lista do SUS ou de tratamentos não contratados pelos planos de saúde. Demos uma arrumada nisso, suprimindo omissões do Congresso. Portanto, o protagonismo do Supremo não é voluntário, mas produto de um modelo. O constituinte de 1988, na verdade, não confiou muito nos Congressos seguintes. Trouxe muitos temas para dentro da Constituição, para deixá-los protegidos. Mas, ao fazer isso, acabou colocando-os no palco do Supremo.